



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 13h30min do dia 23/6/16, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência da vereadora Elaine Matozinhos e com a presença dos vereadores Tarcísio Caixeta e Elvis Côrtes, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, a presidente declarou abertos os trabalhos. I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação, no prazo regimental, das atas da 15ª e da 17ª reuniões ordinárias, realizadas em 2 e 16/6/16, respectivamente, a presidente comunicou sua aprovação. Por unanimidade, foi aprovada a inversão da ordem dos trabalhos, que passou a assim ser apreciada: III - Discussão e votação: EM SEGUNDO TURNO: Projeto de Lei nº 89/13 - “Institui a Operação Urbana Simplificada Verde Remanescente e dispõe sobre seu funcionamento.” Autoria: vereador Leonardo Mattos. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Elvis Côrtes, pela aprovação das emendas nºs 1, 2 e 3. EM PRIMEIRO TURNO: Projeto de Lei nº 132/13 - “Acrescenta o art. 91-E-A à Lei nº 7.166/96, que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município, e dá outras providências.” Autoria: vereador Preto. O vereador Tarcísio Caixeta ponderou que esse projeto aborda temática complexa. Observou que há situação de fato que consiste na existência de confecções e restaurantes nos bairros Prado e Barroca. Considerou que eventual recadastramento dos empreendimentos dessa região pode contribuir para o desmonte dos polos gastronômico e de moda ali existentes. Considerou ser necessário que os vereadores se debrucem com cuidado na análise desse projeto. A presidente declarou concordar com as ponderações do vereador Tarcísio Caixeta, mas disse que votaria pela aprovação do parecer ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

projeto para que sua tramitação continuasse. Foi aprovado, com a abstenção do vereador Tarcísio Caixeta, o parecer do relator, vereador Doutor Sandro, pela aprovação. EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 722/13 - “Dispõe sobre autorização ao Executivo para instalação de engenho de publicidade em equipamentos esportivos e dá outras providências.” Autoria: vereador Pelé do Vôlei. O vereador Tarcísio Caixeta observou que há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF - no sentido de que é inconstitucional que projeto de lei proposto pelo Poder Legislativo estipule prazo para que o Poder Executivo regulamente matéria. Afirmou que a Emenda nº 3, de autoria do líder de governo, vereador Preto, visa a sanar tal inconstitucionalidade a fim de que o projeto não venha a ser vetado. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Tarcísio Caixeta, pela aprovação da Emenda nº 1. 2) Projeto de Lei nº 1.279/14 - “Dispõe sobre a criação do ‘Grupo de Atendimento Emergencial para Animais - GAEA no Município de Belo Horizonte e dá outras providências.” Autoria: vereador Léo Burguês de Castro. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Elvis Côrtes, pela aprovação das emendas nºs 1, 2 e 3. EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 1.842/16 - “Proíbe o funcionamento dos equipamentos de som automotivos, popularmente conhecidos como paredões de som, nas vias, praças e demais logradouros públicos no âmbito do Município.” Autoria: vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Adriano Ventura, Alexandre Gomes, Bispo Fernando Luiz, Bruno Miranda, Coronel Piccinini, Doutor Sandro, Elaine Matozinhos, Gilson Reis, Heleno, Jorge Santos, Leonardo Mattos, Márcio Almeida, Pablo César-Pablito, Professor Ronaldo Gontijo, Professor Wendel, Reinaldo - Preto Sacolão, Silvinho Rezende, Valdivino, Veré da Farmácia e Vilmo Gomes. A presidente adiou para a próxima reunião da comissão a apreciação do parecer sobre esse projeto por falta de quórum, uma vez que a presidente é, também, autora do projeto. A assessoria informou à presidente que esse projeto fora adiado anteriormente. A presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

determinou que se continuasse a apreciar a pauta enquanto a assessoria averiguava a possibilidade regimental de se adiar a apreciação do Projeto de Lei nº 1.842/16. 2) Projeto de Lei nº 1.892/16 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor em cardápios, nos estabelecimentos que especifica, sobre a existência ou não de glúten, lactose ou açúcar nos alimentos, assim como se têm natureza ‘diet’ ou ‘light’, e dá outras providências.” Autoria: vereador Valdivino. O vereador Tarcísio Caixeta observou que o relator, vereador Alexandre Gomes, é médico e profundo conhecedor das temáticas afetas à Saúde pública, razão pela qual acompanharia seu parecer. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Alexandre Gomes, pela aprovação. 3) Projeto de Lei nº 1.899/16 - “Proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco onde menciona e dá outras providências.” Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares. A presidente considerou que os fumantes são responsáveis pela própria saúde e que não se justificaria restrição na liberdade dos cidadãos quando a conduta alvo da restrição não afeta terceiros, mas apenas aqueles que a praticam. O vereador Tarcísio Caixeta considerou que a opção por fumar está afeta ao campo da liberdade individual. Ponderou que restrições à liberdade de fumar devem ser estipuladas apenas quanto a situações em que há danos à saúde de fumantes passivos. Disse que o projeto de lei em sua forma atual proíbe que se fume em locais abertos como parques e praças, o que considerou não razoável pelo fato de tais condutas não afetarem a saúde de terceiros. Observou que sempre trabalhou pela proibição de fumar em ambientes públicos e fechados, situações em que há implicações para a saúde dos fumantes passivos. O vereador Elvis Côrtes endossou as considerações do vereador Tarcísio Caixeta. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Alexandre Gomes, pela rejeição. 4) Projeto de Lei nº 1.904/16 - “Dispõe sobre a proibição de permissão de direito real de uso de área pertencente ao Município em via com *cul-de-sac* ou com característica semelhante,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

regulamenta as situações existentes e dá outras providências.” Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para “apurar a infração, pelos chamados condomínios/associações instalados em vias públicas fechadas do tipo ‘cul de sac’ ou situação equiparada em infração à legislação municipal pertinente (em especial a Lei nº 8.768/04 e sua alteração e regulamentação) e com fechamento ou dificuldade de acesso a espaços de uso geral do povo, como parques, praças, etc.” O vereador Tarcísio Caixeta informou que solicitou a realização de diligências para embasar a formulação de parecer sobre esse projeto de lei e sobre o Projeto de Lei nº 1.916/16, projetos que, conforme observou, tratam da mesma matéria. Disse que a realização das diligências visa a subsidiar a elaboração de pareceres sobre ambos os projetos. Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência apresentada pelo relator, vereador Tarcísio Caixeta. 5) Projeto de Lei nº 1.906/16 - “Obriga a limpeza dos logradouros públicos após a realização de eventos e dá outras providências.” Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares. Foi aprovado, com a abstenção do vereador Tarcísio Caixeta, o parecer do relator, vereador Doutor Sandro, pela aprovação. 6) Projeto de Lei nº 1.916/16 - “Dispõe sobre a permissão de direito real de uso de vias públicas com *cul-de-sac* ou com característica semelhante, regulamenta as situações existentes e dá outras providências.” Autoria: vereador Wellington Magalhães. Foi aprovado, por unanimidade, o pedido de diligência apresentado pelo relator, vereador Tarcísio Caixeta. 7) Projeto de Lei nº 1.932/16 - “Dispõe sobre a instalação, conservação e manutenção de banheiros públicos na orla da Lagoa da Pampulha.” Autoria: vereador Professor Wendel. O vereador Tarcísio Caixeta lembrou que o vereador Jorge Santos denunciou vendedores ambulantes da orla da Lagoa da Pampulha que cobravam pela utilização de banheiros públicos. Manifestou expectativa de que esse projeto contribua para eliminar esse tipo de conduta abusiva. Foi aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Alexandre Gomes, pela aprovação. 8) Projeto de Lei nº 1.842/16 - “Proíbe o funcionamento dos



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

equipamentos de som automotivos, popularmente conhecidos como paredões de som, nas vias, praças e demais logradouros públicos no âmbito do Município.” Autoria: vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Adriano Ventura, Alexandre Gomes, Bispo Fernando Luiz, Bruno Miranda, Coronel Piccinini, Doutor Sandro, Elaine Matozinhos, Gilson Reis, Heleno, Jorge Santos, Leonardo Mattos, Márcio Almeida, Pablo César-Pablito, Professor Ronaldo Gontijo, Professor Wendel, Reinaldo - Preto Sacolão, Silvinho Rezende, Valdivino, Veré da Farmácia e Vilmo Gomes. A presidente declarou que, embora os vereadores presentes concordem com o parecer do relator, vereador Tarcísio Caixeta, pela aprovação, a comissão perdeu o prazo para emissão de parecer sobre esse projeto, por falta de quórum para sua apreciação. IV - Respostas a Requerimentos e Indicações da Comissão: 1) Ofício SMGO nº 210/16 em resposta ao Requerimento de Comissão nº 90/16, que solicitou informações sobre o atendimento aos parâmetros urbanísticos do Hospital da Unimed-BH, à Rua Viamão, nº 1.171. Em resposta, o secretário municipal de Governo, reproduzindo informações da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, explicou que não foram localizados registros de concessão de Baixa de Construção, para o imóvel situado no endereço citado, existindo, entretanto, para o imóvel situado na Rua Viamão, nº 1.213. Para este, é possível informar que, em 12/9/06, ocasião da Baixa de Construção, ele se encontrava em conformidade com os parâmetros urbanísticos. Finaliza informando que, de acordo com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o hospital e seu anexo atendem às normas ambientais e possui Certificado de Licença Ambiental - Licença de Operação. O presidente solicitou que sejam encaminhadas cópias desse expediente aos membros da comissão e ao autor da denúncia. II - Audiência Pública: com a finalidade de “discutir sobre a existência de obras e construções irregulares localizadas no Bairro Cidade Jardim Taquaril, bem como solicitar providências no que diz respeito à fiscalização nos moldes da legislação urbanística vigente”, nos termos do Requerimento de Comissão nº 275/16, de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

autoria da vereadora Elaine Matozinhos. A presidente convidou a compor a mesa: 1) o gerente de fiscalização integrada, Márcio Petrônio Baeta de Souza; 2) o chefe de gabinete do deputado estadual Paulo Lamac, José Henrique; 3) o gerente de Planejamento de Fiscalização, Valter Braga do Carmo; 4) a assessora jurídica da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, Juliana Dávila de Souza Ramos. A presidente informou que a realização desta audiência foi solicitada por representantes da Associação de Moradores e Amigos do Bairro Cidade Jardim Taquaril - Amajat, visando a sanar irregularidades na ocupação do bairro. A presidente convidou a compor a mesa o presidente da Amajat, Euler de Carvalho Cruz. O vereador Elvis Côrtes pediu licença para atender a compromisso anteriormente agendado. Euler de Carvalho Cruz observou que, no Bairro Cidade Jardim Taquaril há lotes de cerca de 1.000m² e outros de cerca de 600m². Observou que corretores atuantes na região têm vendido partes de lotes, no bairro, sob a promessa de que os adquirentes poderão efetivar o parcelamento dos lotes junto à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Relatou situação de lote de 1.000m² que, segundo afirmou, foi dividido e teve suas partes vendidas para cinco proprietários distintos. Informou que solicitou à PBH que corrigisse informação constante de sistema, segundo a qual, seria possível o parcelamento de lotes da região, a fim de que possíveis cidadãos de boa-fé não venham a adquirir lotes motivados pela informação errônea de que poderão ser parcelados. Disse que obtiveram, com o apoio do deputado estadual Paulo Lamac, apoio para que fiscais municipais visitassem lote da região para notificar o proprietário que adquiriu parte desse imóvel de que não poderia iniciar obra no local. Disse que, em sistema de informações da PBH, as ruas do bairro não estão registradas por seus respectivos nomes, mas por números, o que, segundo afirmou, dificulta o pronto atendimento à população do bairro por serviços públicos. Relatou que algumas pessoas interessadas em comprar lote no bairro para parcelá-lo foram dissuadidas do negócio por alerta de moradores. Referiu-se a lote no bairro, o qual teria sido adquirido por



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

engenheiro que pretende parcelar o lote para construir casas geminadas e vender partes desses imóveis como apartamentos. Relatou que os moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril têm lutado para manter as características urbanísticas e ambientais do bairro. Observou que o Bairro Cidade Jardim Taquaril situa-se entre áreas com boa preservação ambiental, como fazendas, parques, o Minas Tênis Clube e matas. Destacou iniciativas dos moradores do bairro para preservar o meio ambiente da região, como manutenção de brigada de incêndio. Disse que os moradores do bairro preocupam-se com as recentes tentativas de parcelamento e ocupação desordenada do bairro que podem ocasionar a perda das características originais do bairro em razão de ocupação incompatível com a vocação ambiental do bairro. Relatou que o prédio do antigo Hotel Taquaril tem sido utilizado para realização de eventos os quais, segundo afirmou, têm causado incômodo aos moradores pela poluição sonora ocasionada por som alto, inclusive durante madrugadas. Sugeriu que esse prédio seja ocupado por empreendimento ambiental ou órgão público que aproveite o edifício e contribua para a preservação das características ambientais da região. Relatou que muitos cidadãos frequentam o bairro para fumar maconha. Disse que tem sido observado tráfico de entorpecentes no bairro. Disse que motoqueiros frequentam o bairro para usarem drogas. Relatou a ocorrência frequente de assaltos e furto de veículos no bairro. Afirmou que a Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - demora a atender chamados no bairro em razão de os nomes das ruas do bairro não constarem do sistema de informações utilizado pela PMMG, no qual, segundo afirmou, as ruas estão nomeadas por números e não pelos nomes aprovados em lei. Sugeriu a possibilidade de se fechar uma das duas entradas do bairro e instalar câmeras e espécie de portaria para controlar a entrada de pessoas no bairro e proteger seus habitantes. Observou que a região é remota e tem ficado à mercê da marginalidade. Disse que a assessoria do deputado estadual Paulo Lamac realizou estudo sobre esse tema. Afirmou que a autorização para a instalação de semelhante mecanismo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de controle no bairro depende da CMBH. Disse que pontos do bairro são utilizados como despejo de lixo e de entulho. Afirmou que caminhões frequentam o bairro, especialmente à noite, para utilizar bota-foras irregulares. Relatou elevada presença de cães abandonados e animais peçonhentos. Disse que funcionou atividade mineradora no bairro durante cerca de três décadas, que, segundo afirmou, deixou grande passivo ambiental. Disse que o empreendimento minerário permaneceu desativado e, há cerca de 5 anos, foi realizado acordo entre os proprietários do terreno e a empresa de mineração Pau Branco, segundo o qual, os montes de rejeito de minério seriam retirados, e a área seria recuperada. Afirmou que o prazo para conclusão dessas obras de recuperação findou em dezembro de 2015. Disse que, segundo o conhecimento dos moradores do bairro, não foi realizada a recuperação ambiental pactuada e foi firmado novo acordo com o Ministério Público - MP. Disse que há rumores de que a atividade minerária foi reativada no local. Relatou paisagem lunar no local, com barrancos erodidos e pilhas de rejeito. Relatou elevado tráfego de caminhões durante a noite, até cerca de 20 horas. Disse que os moradores do bairro não sabem o que de fato ocorre nesse local de atividade minerária. Solicitou que a CMBH visite o local e averigue a atividade lá desenvolvida e sua conformidade com a lei. Pleiteou que seja prestada contrapartida para o bairro ou para o Município em compensação pelos danos causados pela exploração minerária no referido local e pelos lucros auferidos pela atividade. Questionado pela presidente, Euler de Carvalho Cruz, afirmou que o prédio do antigo Hotel Taquaril pertence a uma senhora que tem dificuldade em vender o imóvel porque a hotelaria seria a única atividade permitida no local. A presidente considerou lamentável que cidadãos tenham investido para morar em local arborizado e tranquilo, mas tenham que conviver com as dificuldades relatadas por Euler de Carvalho Cruz. Solicitou à PBH que corrija a discrepância relatada entre os nomes de ruas do bairro e seu registro em sistema de informação utilizado pela PBH. Salientou que essa providência é urgente



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para que os moradores do bairro tenham acesso imediato a serviços públicos. Solicitou à PBH que informe sobre a possibilidade de se parcelarem lotes no Bairro Cidade Jardim Taquaril. Observou que modificações nas regras de parcelamento, por vezes, prejudicam a segurança jurídica e o projeto de cidadãos que acreditaram nas características originais dos bairros que escolheram para morar. O chefe de gabinete do deputado estadual Paulo Lamac, José Henrique, observou que, a pedido dos moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril, o deputado estadual Paulo Lamac intermediou contato junto à fiscalização municipal que, segundo afirmou, prontamente atendeu à demanda e realizou ação fiscalizatória no bairro. Colocou o gabinete do deputado estadual Paulo Lamac à disposição para cooperar com a comunidade. O gerente de fiscalização integrada, Márcio Petrônio Baeta de Souza, observou que a fiscalização municipal tem dificuldade em realizar vistorias preventivas em face do desequilíbrio entre demanda de trabalho e recursos humanos disponíveis, razão pela qual atua, na maior parte dos casos, motivada por denúncias de cidadãos. Disse que no sistema de informações da PBH constam os nomes oficiais das ruas do Bairro Cidade Jardim Taquaril. Disse que a fiscalização teve dificuldades em encontrar lote envolvido em denúncia porque os termos da denúncia eram imprecisos. Relatou que a ação fiscal realizada no bairro constatou situação em que corretor teria vendido lote de cerca de 1.300m² a três proprietários com a promessa de que poderiam aprovar parcelamento do imóvel. Considerou que, ao que parece, tal corretor age imbuído de má-fé vendendo imóveis que não podem ser parcelados, sob a alegação falsa de que o parcelamento seria permitido. Disse que um dos compradores foi autuado na referida ação fiscal por movimentar terra sem autorização. Disse que foi dado indicativo da fiscalização para que não se iniciem obras no local sob pena de ser embargada. Disse que o comprador foi informado de que a legislação não permite o parcelamento do lote. Observou que esse proprietário adquiriu parte composta por cerca de 250 m². Afirmou que esse cidadão não conseguirá aprovar projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de construção junto à PBH, dispondo de metragem de terreno tão exígua. Solicitou aos moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril que denunciem ocupações irregulares pelo número de telefone 156 a fim de que a fiscalização seja provocada a agir. Questionado pela presidente, Márcio Petrônio Baeta de Souza informou que não é permitido o parcelamento dos lotes do Bairro Cidade Jardim Taquaril. Márcio Petrônio Baeta de Souza informou que foi recebida denúncia relativa à perturbação do sossego em evento realizado no prédio do antigo Hotel Taquaril. Observou que a fiscalização tem dificuldade para autuar esse tipo de evento porque é preciso flagrá-lo. Salientou a necessidade de que sejam encaminhadas denúncias ao serviço do Disque Sossego enquanto os eventos ocorrem, para se aumentarem as chances de se flagrarem irregularidades. Manifestou convicção de que eventos realizados no prédio do antigo Hotel Taquaril não possuem alvará de localização e funcionamento, pois semelhante atividade não é permitida no local. Questionado pela presidente, Márcio Petrônio Baeta de Souza informou que há 24 fiscais incumbidos da regional leste e um fiscal designado para o plantão noturno. Márcio Petrônio Baeta de Souza relatou dificuldade da fiscalização em flagrar despejos irregulares de lixo e entulho. Euler de Carvalho Cruz relatou que o despejo irregular de lixo e entulho ocorre durante a noite e a madrugada. A presidente observou que o tema do fechamento de bairros precisa ser amplamente debatido na CMBH. Márcio Petrônio Baeta de Souza observou que provas coletadas por cidadãos não são suficientes para se autuarem pessoas que fazem despejo de lixo e entulho em locais irregulares. Disse que as irregularidades devem ser flagradas por fiscais, devido ao fato de que estes detêm fé pública. Informou que a fiscalização esteve no referido empreendimento minerário, ocasião em que foram apresentadas a licença do empreendimento e a documentação exigida pelo Município. Disse que a fiscalização municipal não solicitou que fossem apresentados documentos que comprovassem o atendimento à legislação federal e estadual. Euler de Carvalho Cruz questionou se a atividade minerária é



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

permitida em Belo Horizonte. Márcio Petrônio Baeta de Souza disse que poderia pesquisar e fornecer essa informação posteriormente. Euler de Carvalho Cruz observou que os moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril preocupam-se com a destinação que será dada à área utilizada pela atividade minerária. Observou que esse local se situa em região ambientalmente sensível da Serra do Curral. Márcio Petrônio Baeta de Souza comprometeu-se a realizar nova vistoria no local. O gerente de Planejamento e Fiscalização, Valter Braga do Carmo, solicitou que os moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril apresentem denúncias sobre as atividades irregulares existentes no bairro, precisando o máximo possível os horários e os dias em que ocorrem com maior frequência. Observou que as denúncias de cidadãos podem fornecer subsídios para a elaboração de planos de fiscalização que combatam as atividades irregulares verificadas no bairro. A assessora jurídica da Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, Juliana Dávila de Souza Ramos, disse que não tinha conhecimento se a legislação municipal veda a atividade mineradora em Belo Horizonte. Observou que há série de exigências legais, que devem ser atendidas para que seja autorizado o empreendimento de mineração. Considerou ser preciso avaliar se essas exigências têm sido cumpridas pelo referido empreendimento minerário. Em relação aos eventos realizados no prédio do antigo Hotel Taquaril, observou que alguns empreendedores buscam lucrar com atividades irregulares. Disse que a inconstância desse tipo de empreendimento é fator que dificulta sua fiscalização. Teceu histórico sobre a ocupação urbana do Bairro Cidade Jardim Taquaril. Explicou que há nesse bairro lotes de cerca de 650m², que atendem à regulamentação mais antiga, e lotes de cerca de mil metros, que atendem à legislação mais recente. Disse que os lotes que obedecem à regulamentação antiga podem ter cerca de 650m² e os lotes que obedecem à regulamentação mais recente não podem ter área inferior a 1.000 m². Disse que as áreas muito íngremes não podem ser ocupadas. Disse que as áreas relativamente acidentadas podem ser ocupadas, desde



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que se observem condicionantes de segurança. Observou que, via de regra, não são permitidos a instalação de cancelas e o controle do fluxo local de cidadãos por outros munícipes, sob pena de prejudicar-se o direito de ir e vir daqueles que não moram no bairro. Disse que a instalação de portaria só é permitida em condomínios privados ou vias que tenham característica de *cul de sac*. Ponderou que esse tipo de controle de fluxo de cidadãos pode prejudicar os munícipes que usam o bairro como passagem ou para acessar o clube. Euler de Carvalho Cruz observou que os frequentadores de clube localizado no bairro utilizam via marginal e não seriam prejudicados por instalação de portaria. Propôs que uma entrada do bairro seja fechada e que, na entrada restante, seja permitida a instalação de portaria visando a aumentar a segurança no local. Solicitou que o Município avalie possibilidades jurídicas de se efetivar esse pedido. Disse que não é objetivo dos moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril transformá-lo em condomínio, mas simplesmente garantir a segurança de seus habitantes. Juliana Dávila de Souza Ramos observou que, em regra, tal fechamento não é permitido. Sugeriu que os interessados na efetivação dessa proposta contratem profissional da arquitetura especializado em aprovação de projetos e busquem fazer consulta oficial ao Município. A presidente franqueou a palavra aos presentes. Valquíria Gomes considerou fundamental que haja união entre moradores do Bairro Cidade Jardim Taquaril e do entorno para que alcancem melhoria para a região. Observou que a comunidade do aglomerado do Taquaril reivindicou, sem sucesso, que o Executivo adquirisse o prédio do antigo Hotel Taquaril para transformá-lo em escola. Relatou que funciona no prédio do antigo Hotel Taquaril espécie de bar comunitário utilizado como área de lazer com piscina e espaço para festas. Observou que o aglomerado do Taquaril não possui área de lazer para seu habitantes. Disse que funcionou no prédio do antigo Hotel Taquaril estabelecimento chamado “casa rosada”, que, segundo afirmou, era estabelecimento de prostituição frequentado por políticos e integrantes da alta sociedade. Questionada pela presidente, Valquíria Gomes



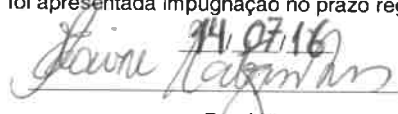
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informou que para utilização do referido bar comunitário é cobrada entrada de R\$ 10,00. Disse que o prédio do antigo Hotel Taquaril encontra-se abandonado. Disse que a região é tradicionalmente utilizada como bota-fora irregular, ocasionando doenças e acidentes envolvendo deslizamento de materiais. Afirmou que o referido empreendimento minerário existente na região é de propriedade da empresa *Anglo Gold*. Relatou que a atividade desse empreendimento prejudicou as obras de urbanização realizadas no aglomerado do Taquaril. Disse que resíduos de minério que caem durante o trajeto de caminhões transportadores estão assoreando o Córrego Olaria e suas nascentes. O presidente da Associação de Moradores do Bairro Jonas Veigas 2, Sérgio Antônio de Oliveira, criticou o abandono da região pelo poder público. Relatou a utilização de pontos da região para despejo de lixo e entulho, além de desova de cadáveres. Relatou a utilização de ponto irregular para despejo de resíduos de banheiros químicos. Disse que mesmo banheiros químicos utilizados em festas promovidas pela PBH são esvaziados nesse ponto. Disse que foi construído canal que permite que esses resíduos passem por baixo de via e sejam despejados em nascente que deságua no Ribeirão Arrudas. Observou que a atividade mineradora na região causou imensa devastação e que o cenário assemelha-se à paisagem lunar. Disse que não é realizado controle das carretas que transportam minério na região. Disse que a atividade minerária no local está causando processos erosivos que podem ocasionar desastre em virtude de deslizamento de terra. Relatou que, há cerca de quatro anos, foi realizada reunião com a participação do prefeito de Sabará, de populares e de representantes de mineradora, quando foi proposto o asfaltamento de seis ruas e a construção de dois campos de futebol. Considerou irrisórias tais medidas face aos elevados lucros obtidos pela atividade mineradora e pela devastação ambiental que provoca. Comentou sobre dificuldades envolvendo ocupação no Bairro Castanheiras. A presidente prorrogou a reunião por dez minutos. Cidadão não identificado questionou se, a fim de constituir prova para subsidiar a autuação, poderia, ele



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

próprio, fotografar a ação de caminhões que despejam lixo e entulho na região. Márcio Petrônio Baeta de Souza informou que as autuações devem ser embasadas em provas produzidas pelos próprios fiscais. Disse que provas e informações produzidas pela população podem subsidiar a elaboração de plano de fiscalização para se atacar o problema de modo mais eficaz. O estudante de Arquitetura, Lucas Ribeiro Moraes, sugeriu à população que busque alternativas à instalação de portarias e fechamento de bairros. Considerou que esse tipo de solução urbanística cria mais barreiras entre os munícipes e promove a segregação social. Ponderou que o fechamento de bairro pode não solucionar problemas de segurança pública e pode estimular o aumento da especulação imobiliária na região. Sugeriu que sejam realizados estudos para que sejam propostas soluções urbanísticas mais satisfatórias. A presidente solicitou à assessoria que seja encaminhado expediente ao MP e ao prefeito solicitando informações sobre as demandas apresentadas nesta audiência pública. Considerou que foi esclarecida questão relativa à possibilidade de parcelamento dos lotes do Bairro Cidade Jardim Taquaril. Considerou fundamental abordar a questão atinente ao funcionamento de empreendimento minerário no local. Nada mais havendo a ser tratado, a presidente declarou encerrados os trabalhos às 15h40min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pela presidente desta reunião.

ATA APROVADA
(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)
distribuída em avulso, no dia 07.07.16, não
foi apresentada impugnação no prazo regimental.

Presidente